

## OS DESAFIOS DO CONTADOR FRENTE À TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE

**Francielly Andressa Marangon**

Graduanda em Ciências Contábeis,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/ AEMS

**Natalia de Souza Tucunduva**

Graduanda em Ciências Contábeis,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/ AEMS

**Thais Camila Domingues De Souza**

Graduanda em Ciências Contábeis,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/ AEMS

**Vanessa Cristina Franchin**

Especialista em Contabilidade – Faculdades Integradas de Jacarepaguá;  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

### RESUMO

A evolução tecnológica da informação tem criado um ambiente transparente para os órgãos públicos no que concerne às atividades das organizações, isto porque, o arquivo contábil das empresas é enviado para o fisco de forma “*online*” e por meio dos sistemas criados e disponibilizados pela receita federal, estadual e municipal do Brasil, garantindo assim, que as autoridades fiscalizadoras tenham em mãos relatórios que os auxiliem, de modo consistente, em uma verificação e acompanhamento tempestivo das operações de compra, venda e prestação de serviços. O estudo utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica exploratória e científica, suportada em obras de autores conceituados. Conclui-se que o perfil atual do contador exige o conhecimento em termos tecnológicos e otimização dos processos nas organizações, de modo a produzir informações úteis e precisas para a escrituração contábil e processos de decisões que, podem transformar ameaças em oportunidades.

**Palavras chaves:** tecnologia da informação; governo federal; contabilidade; empresas.

### INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos introduzidos na contabilidade têm proporcionado dados tempestivos para a tomada de decisões. Isto porque, as empresas tem se adequadamente adquirindo sistemas integrados que, facilitam a comunicação entre os setores e dispõem de relatórios precisos e em tempo hábil.

Segundo Padovezze (2010), a tecnologia da informação é o conjunto tecnológico das empresas para efetivar seu subsistema de informação, ou seja, normalmente relacionado à informática e à telecomunicação.

O perfil do contador da área digital é o profissional que tem facilidades em aderir às tecnologias de forma ampla e orientadora, visto que as informações da

empresa precisam ser consistentes em virtude de serem dispostas às fiscalizações em tempo real, como é o caso das emissões de notas fiscais.

A escolha do tema “Os desafios do contador frente à tecnologia na contabilidade” tem como objetivo apresentar o pensamento dos autores quanto a necessidade do conhecimento a ser aprofundado pelos profissionais da contabilidade no que concerne a informatização.

A metodologia aplicada foi pesquisa bibliográfica exploratória e científica, tendo como suporte, obras diversas que abordam o tema proposto.

## **2 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE**

A fase da contabilidade do mundo antigo, compreende desde os primórdios da história até aproximadamente o ano de 1200 d.C., e seus acontecimentos marcaram o nascimento da contabilidade (BEUREN et al, 2003).

Evidenciamos, nos tempos bíblicos, uma prática de controle dos bens e obrigações pelo homem: “O devedor que foi perdoado de sua dívida” (Mateus 18.23-27); “A riqueza de Salomão” inventariadas em 1º Reis 4.22-26 e 10.14-17.

[...] É claro que a contabilidade teve evolução relativamente lenta até o aparecimento da moeda. Na época da troca pura e simples de mercadorias, os negociantes anotavam as obrigações, os direitos e os bens perante terceiros, porém, obviamente, tratava-se de um mero elenco de inventário físico, sem avaliação monetária. Martinelli (2002).

No mundo medieval aproximadamente nos anos de 1202 a 1494, foram destacados os benefícios que a Contabilidade auferiu com os avanços da ciência, principalmente da matemática e das grandes invenções, que abriram novos horizontes à civilização, e nessa época existiram dois momentos fundamentais que influenciaram a Contabilidade o chamado a era da técnica (BEUREN, 2003).

Em primeiro momento foi à popularização do sistema numérico arábico na Europa, nessa época que foram introduzidas importantes técnicas matemáticas que versavam sobre pesos, medidas e câmbio, ou seja, foi a dominação dos conhecimentos comerciais e financeiros.

De acordo com Gouveia (1993), para atender às necessidades das operações comerciais, com a proliferação da indústria artesanal e o incremento do comércio exterior fizeram surgir o livro-caixa, ou seja, esse mantinha os registros de recebimento em dinheiro, na contabilização do débito e o crédito oriundos das

relações de direitos e obrigações. O segundo momento foi por volta de 1300 na Itália quando surgiu o método das partidas dobradas, mais conhecido hoje como sistema do registro contábil, na qual iria facilitar as transações de créditos e a avaliação de desempenho dos gestores. No entanto, vários outros livros foram surgindo como, por exemplo, os da contabilidade de custos, que servia para registrar os custos de aquisição, custo de transporte, juros sobre capital, referentes ao período transcorrido, mão-de-obra direta agregada, e armazenamento dentre outros (MARION, 2003). Entretanto, a contabilidade foi destacada na fase do Mundo Moderno, ou seja, essa fase abrangeu os anos de 1494 e 1840 que determinou o início do pensamento científico da contabilidade. Nota-se que este período foi bom para o comerciante, pois definia o inventário e como fazê-lo e também houve a criação sobre os livros mercantis, registros de operações, contas em geral, correções de erros e arquivamento de documentos (MARION, 2003).

Um dado importante abordado por Franco (1996) trata-se da forma de utilização do método das partidas dobradas, ou seja, o autor expôs a terminologia adotada para reconhecimento do devedor seria per, e para o credor A, sendo assim situou que primeiro deve-se vir o devedor, e depois o credor, prática contábil utilizada até os dias atuais.

A contabilidade também expandiu para a utilização das instituições, mais precisamente as igrejas e o estado e foi um importante instrumento no desenvolvimento do capitalismo. Nessa fase as técnicas utilizadas e as informações eram consideradas restritas ao dono do empreendimento, ou seja, os livros contábeis eram considerados sigilosos e por isso o desenvolvimento da ciência ficou limitado, impossibilitando as trocas de ideias entre os profissionais (FRANCO, 1996).

A doutrina contábil ainda não está completa, como em qualquer outra ciência, quando se conclui um estudo, um novo horizonte é vislumbrado pelos pesquisadores. Por se tratar de uma ciência inserida em um contexto dinâmico, dificilmente sua amplitude poderá ser delimitada (BEUREN et al., 2003, p.26).

### **3 O SISTEMA DE INFORMAÇÃO**

Segundo Hendrisken e Breda (1999), a contabilidade desenvolveu-se de modo a se adequar às mudanças no ambiente, com as novas descobertas e progressos tecnológicos.

A sociedade atual passou a se interessar pelas informações econômicas e financeiras das Instituições, isto porque o conhecimento a respeito dos números é importante quando se tem interesses em trabalhar, investir ou oferecer serviços a entidades que possuem equilíbrio financeiro e estejam em expansão. Toda sociedade espera transparência dos informes contábeis, resultados não só de competência profissional, mas, simultaneamente, de postura ética.

Estudos contínuos têm sido realizados objetivando qualidade da informação, o que tem proporcionado o desenvolvimento e lançamento de *hardwares* e *softwares* que facilitam a coleta e o processamento de dados, constituindo assim um sistema de informação que integra o ambiente dos negócios.

Padovezze (2010) conceitua o sistema de informação como o conjunto de recursos humanos, materiais tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações para seu produto e permitir as organizações o cumprimento de seus objetivos principais.

A informática é capaz de disponibilizar um conjunto de tecnologias para atender vários usuários entre eles a contabilidade (VASCONCELLOS, 1997). A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização (PADOVEZZE, 2010).

Nas palavras de Gouveia (1993), é através dos dados fornecidos pela contabilidade que os administradores obtêm informações que lhes responderão a uma série de perguntas com vistas à tomada de decisões permitindo a mensuração dos resultados da empresa e avaliação do desempenho na frente dos negócios que lhe foram confiados.

O mesmo autor aborda que os governos estaduais e municipais também têm interesse na contabilidade. Entretanto, não é somente para fins de tributação que a contabilidade é útil ao governo. Não devemos nos esquecer de que ele é, também, o “proprietário” de inúmeros órgãos públicos, os quais lhe prestam contas através de relatórios econômico-financeiros (GOUVEIA, 1993).

Com toda esta amplitude, a tecnologia dos *softwares* despertou o interesse dos órgãos públicos em adequá-lo aos seus interesses, estudaram e implantaram diversos sistemas.

#### 4 A CONTABILIDADE E O SISTEMA PÚBLICO DIGITAL

Segundo Marion (2008, p. 26), “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas”.

A partir da coleta das informações dentro da organização é possível identificar, classificar, mensurar e registrar os dados, desde que sejam suportados por documentos permitidos pela legislação.

Padoveze (2000) aborda a escrituração e o lançamento contábil como a base de qualquer sistema de informação contábil que pretenda fazer-se gerencial e, portanto, evidenciar todos os escopos da ciência contábil, de controle do patrimônio empresarial. O mesmo autor comenta que, para fazer a escrituração dos fatos administrativos, temos um método e podemos utilizar sistemas, os sistemas passíveis de utilização, tais como manual maquinizado, mecanizado e computacional. Todo lançamento deve ser feito baseado num documento que o habilite, chamado documento hábil.

Desde o decreto-lei 1.598/77, art. 203, “a pessoa jurídica está obrigada a manter em ordem e uniformidade sua escrituração, de modo mecanizado ou não.” Entretanto, o governo aderiu à tecnologia e impôs novas exigências.

O governo federal com o objetivo de possuir um controle transparente e efetivo sobre as entidades de modo a fiscalizar e coibir as práticas de sonegação publicou o decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que trouxe a implantação do sistema público digital (SPED) no art. 2º que trata a definição:

“Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (Redação dada pelo Decreto nº 7.979, de 2013)

§1º Os livros e documentos de que trata o caput serão emitidos em forma eletrônica, observado o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

§2º O disposto no **caput** não dispensa o empresário e as pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável. (Redação dada pelo Decreto nº 7.979, de 2013).”

Entretanto, o princípio dos estudos e disponibilização de recursos a favor da implantação de tecnologia para o controle governamental iniciou-se em dezembro de 2003, através da emenda constitucional de número 42 redação no art. 37, que resultou no nascimento dos três projetos compostos pela nota fiscal eletrônica (NF-e), escrituração contábil digital (ECD) e escrituração fiscal digital:

“art. 37. XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.”

O governo federal, em conjunto com empresas privadas e participantes, trabalhou em acordo mútuo de forma a testar os sistemas e adequá-los à realidade. Atualmente, a maioria das empresas está sujeita ao SPED, seja na emissão da nota fiscal eletrônica, conhecimento de transportes e/ou no atendimento às obrigações acessórias atenuantes à escrituração contábil.

## **5 O PERFIL DO CONTADOR FRENTE AOS DESAFIOS DA TECNOLOGIA**

No Brasil, a profissão contábil iniciou no século XVIII, com o surgimento da aula de comércio que mais tarde corresponderia à academia e que hoje se denomina faculdade ou escola superior (MARTINS, 2000). Os contadores e profissionais contábeis eram conhecidos como “guarda-livros”, porém atualmente, esta expressão não é mais utilizada.

Na década de 1980, os escritórios de contabilidade começaram a se adequar com as primeiras tecnologias, no entanto, o marco inicial ocorreu nos anos 90 onde o contador passou a exercer um papel mais efetivo no dia a dia das entidades com a informatização e implantação dos sistemas de gestão integrados, também conhecidos como planejamento de recursos empresariais (do inglês, *Enterprise Resource Planning – ERP*).

O cenário atual contempla uma renovação contábil marcada pela tecnologia potencializada em um nível detalhado de dados que por um lado minimiza o trabalho dos contadores no que concerne em registros contábeis de forma manual, pois as informações podem ser importadas da base de dados nacional, porém, cruzam com as informações das autoridades fiscais, exigindo assim, um conhecimento

abrangente da empresa e suas operações de forma a evitar omissões e dados incorretos nas informações transmitidas ao governo. É inegável que o setor contábil tem passado por muitas modificações trazendo exigências aos profissionais e às empresas contábeis de modo desafiador e crescente. Diariamente são editadas pelas autoridades fiscais, normas, resoluções, decretos, protocolos, convênios que, demandam ao profissional contador, manter uma educação continuada para melhor orientar as empresas e organizações, sobre o risco de sofrer penalidades monetárias.

O perfil do profissional contador da atualidade exige um conjunto de habilidades pessoais com amplo conhecimento das leis que norteiam as atividades empresariais pela qual é responsável, deve ser flexível aos avanços e inovações tecnológicas e que mantenha uma participação ativa na gestão, visualizou este perfil e afirmou: “chegamos à conclusão de que o profissional que só conhece contabilidade, e não enxerga o mundo à sua volta, está morto” (CARVALHO, 1999, p. c-8).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O atual ambiente empresarial tem exigido um perfil de contador moderno que, se adapta às novas tecnologias, ampliando suas competências, entendimento do negócio e com participação eficaz no processo decisório. Não há mais tempo para a execução do trabalho mecânico, figura esta, substituída pelos sistemas que realizam a integração entre os setores e importação eletrônica dos dados dos documentos fiscais.

Os órgãos de fiscalização têm aderido à tecnologia de modo a possuir um controle efetivo e uma perspectiva completa das entidades, ampliando as informações a respeito das operações realizadas de modo a coibir a sonegação. Neste contexto, os contadores deverão direcionar seu foco em novas habilidades de relacionamentos, competências funcionais e tecnologias voltadas ao mundo dos negócios, para manterem-se no mercado atual e contribuir para a continuidade das organizações, convertendo as informações contábeis em benefícios para a entidade.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria; et.all. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. In: Sistema Público de Escrituração Digital. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/legislacao/legislacao-por-assunto/escrituracao-contabil-digital>. Acesso em: 20 setembro 2016.

BRASIL, Decreto- Lei nº 1.598 de 26 de dezembro de 1977. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1598.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1598.htm). Acesso em: 20 setembro 2016.

CARVALHO, L.N.G. 1999. Globalização exige novo perfil de contador. São Paulo, Gazeta Mercantil, 26 de fevereiro, Caderno Administração & Marketing, p.C-8.

FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas. 1999.

MARION, José Carlos. A Profissão Contábil no Brasil. Disponível em: [www.classecontabil.com.br](http://www.classecontabil.com.br). Acesso em: 20 setembro 2016.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 9ª ed. São Paulo: Atlas . 2008.

MARTINELLI, Gilmar Mário. A Evolução Histórica e Noções Básicas de Contabilidade. Disponível em: <http://www.escriitoriomartinelli.cnt.br/monografia.htm>. Acesso em 19 de setembro de 2016.

GOUVEIA, Nelson. Contabilidade básica. 2a ed. São Paulo: Harbra Ltda. 1993.

PADOVEZZE, Clóvis Luís. Sistema de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise, 6º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VASCONCELLOS, Marco Túlio de Castro. Impactos da Internet sobre a Evolução da Ciência Contábil. Revista do Conselho Regional do Estado de São Paulo. São Paulo, n.01, mar. /abr.1997.